PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Há cinco dias das eleições

Bem, o que se imagina é que esta hora a eleição presidencial, e de alguns poucos governadores, já esteja decidida. No próximo domingo voltaremos às urnas para sacramentarmos nossas escolhas. É bem verdade que ainda temos um debate pela frente, tido e havido como definidor de vitoriosos, mas, pessoalmente acredito que ele serve apenas para consolidarmos e justificarmos nossas escolhas. É que esta eleição está tão radicalizada que, sinceramente, não vejo ninguém debatendo propostas, fazendo suas escolhas em função de um programa de governo.

De um lado Lula só fala no que já fez e, o que poderia fazer num próximo mandato, está tentando implantar agora, antes das urnas de segundo turno, na expectativa de abocanhar os votos que sumiram no primeiro turno. De outro, Flávio Bolsonaro fica apenas garantindo que manterá e melhorará os programas sociais implantados em governos passados de seu adversário e, sem explicar como, garantindo que fará cortes em despesas, tirando dinheiro do Estado e deixando no bolso dos contribuintes. Ambos ocupam seus horários de propaganda, seus palanques com promessas que, de antemão, o eleitor sabe que não serão cumpridas. Mas insistem e o eleitor permanece firme em seu apoio, em sua escola, como mostram as pesquisas. Isto só se explica pela radicalização da política.

Desde o período da ditadura militar não se vê um ambiente político tão pesado, tão radicalizado. E isto não vai mudar, seja quem for o presidente eleito. Basta dar uma olhada nas bancadas eleitas para o Senado e Câmara Federal. São muitos os parlamentares sem formação política, sem consistência ideológica. Gente sem qualquer experiência que não se iludam terão discursos radicais só para agradar o público, mesmo que isto implique em confronto com o governante eleito. O Brasil, se cuidem, vai passar por momentos difíceis.

ANTONIO GONÇALVES

Advogado criminalista. Pós-doutor, doutor e mestre pela PUC/SP

Brasil, segurança pública e organizações criminosas

O presidente dos Estados Unidos Donald Trump declarou que o Brasil falhou em enfrentar as duas principais organizações criminosas nacionais: PCC e CV. Não é novidade que ambas figuram entre as principais rotas do tráfico atualmente. Unilateralmente o Departamento de Estado dos EUA rotulou as organizações brasileiras como organizações terroristas em maio de 2026, com efeitos práticos a partir de agosto do mesmo ano.

A preocupação é com o crescente envolvimento do tráfico de drogas brasileiras como polo de distribuição global de cocaína. Declarou Donald Trump: “Essas organizações terroristas brasileiras representam uma ameaça crescente à paz e à segurança em todo o mundo, e o governo brasileiro precisa urgentemente adotar medidas para confrontá-las e derrotá-las antes que se espalhem e cresçam”.

A influência das facções na economia brasileira já é uma realidade. O Comando Vermelho está presente em 22 estados brasileiros, enquanto a rede mundialmente famosa de fast food Mac Donald´s está presente em 23 estados e o Primeiro Comando da Capital atua em 25 estados, portanto, mais influente e presente do que uma das mais conhecidas redes de lanches do planeta.

Em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital, segundo a Operação Vectura Corrupta está vinculado a 12 das 22 empresas de ônibus que operam o transporte da população local da cidade de São Paulo, o que representa 38% de toda a rede. Somente em agosto de 2026, as 12 empresas foram responsáveis por transportar 41% de todos que usaram ônibus na cidade de São Paulo.

No Rio de Janeiro, polo central das operações do Comando Vermelho, a violência cresce a ponto de o Estado ter de alterar 71 zonas eleitorais, em 20 municípios, por domínio de facções (dessas, 44 estavam em áreas dominadas pelo Comando Vermelho).

O crescimento das facções e a escassez de Segurança Pública são plenamente visíveis pela população. A pesquisa Quaest/Pax mostra que o principal problema do Brasil é a violência (28%), mais do que a corrupção (22%) e a economia (19%). Para 73% a violência aumentou por maior ocorrência de crimes e maior violência deles. A mesma pesquisa indica que 80% almejam ações mais duras contra facções.

Donald Trump está errado, o Brasil não tem de agir antes que as facções cresçam, pois, elas são o principal problema da Segurança Pública brasileira. O que precisa ser feito são incrementos em tecnologia, cooperação técnica, eliminação do déficit nas polícias e maiores investimentos do Governo Federal, além de uma atuação conjunta entre União, Estados e Municípios.

Investigar, prevenir e atuar antes que o crime ocorra em um trabalho conjunto de inteligência. A solução não virá de um único fator, porém, tampouco, será solução a criação do Ministério da Segurança Pública ou da aprovação da PEC da Segurança, como divulga o presidente da República. É preciso mais.

Não se engane que o caminho é a construção de mais presídios ou de maior rigor penal. O Brasil tinha 100 mil presos em 1990, hoje tem mais de 900 mil. As facções nasceram nos presídios, cresceram e se desenvolveram dentro do ambiente prisional, logo, prender mais igualmente não é a solução.

E qual o caminho? Criar e desenvolver planos de investigações que consigam, efetivamente, rastrear e conter o lucro das facções a fim de causar abalo em seus ganhos. Para tanto, o Estado precisa se fortalecer com melhorias tecnológicas urgentes e, finalmente, deixar de ser um conflito em que o Estado opera em modo analógico e o crime em modo digital.

A ameaça de atuação dos Estados Unidos da América no Brasil pode ser substituída por cooperação e parceria, desde que o Brasil deixe de propagar que irá lidar com as facções, que as irá combater, que o enfrentamento será ostensivo e ainda mais forte, quando, na prática, o que cresce de verdade, é o poderio e os investimentos em infraestrutura, logística, distribuição e armamento das próprias facções.

O Governo Federal precisa parar de prometer, de alardear e aplicar medidas efetivas contra o crime organizado no País. As facções se infiltram diariamente na realidade das pessoas, nas eleições terão influência ativa em candidaturas e seus lucros são anualmente progressivos.

O Brasil precisa se estruturar com um serviço de inteligência mais ágil com cooperação técnica entre os órgãos estaduais e nacionais, Receita Federal, COAF, Banco Central em atuação conjunta com as polícias para rastrear a rota do dinheiro e, por conseguinte, identificar operações ilícitas e o erário do crime.

A partir daí organizar operações policiais para desaparelhar as ações das facções e atingir o lucro, esse é o caminho para reduzir a influência das facções. O Brasil tem apostado no rigor penal com encarceramento em massa e menos em inteligência e organização, que tal inverter a lógica e se estruturar?

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Tsunami Conservador

O primeiro turno selou mais do que um resultado eleitoral, consagrou uma transfiguração profunda na geografia política do Brasil. O avanço avassalador de candidaturas de direita e centro-direita no Congresso e nos governos estaduais reconfigurou os eixos de poder da República. Trata-se de um verdadeiro tsunami conservador, movido por uma indignação social articulada. Contudo, para compreender a real magnitude dessa onda, é preciso olhar para a Praça dos Três Poderes: o Supremo Tribunal Federal tornou-se o principal catalisador desse processo por um clássico efeito bumerangue.

Ao longo dos últimos anos, a corte assumiu um protagonismo atípico na vida pública nacional. Sob o pretexto de resguardar a ordem constitucional, o tribunal frequentemente ultrapassou as fronteiras da autocontenção. A judicialização ostensiva — marcada por condenações severas, restrições de fala, bloqueios de redes e intervenções na reta final — encontrou contraste direto na anulação dos processos da Lava Jato, que devolveram Lula ao jogo. Onde a toga alegou técnica processual, o eleitor leu perseguição e blindagem seletiva. Ao trocar a neutralidade de árbitro pela tutela política, o ativismo judicial converteu sanção em “efeito mártir” e transformou a rejeição ao STF no combustível eleitoral mais potente do país.

As urnas refletiram esse embate com precisão matemática. Flávio Bolsonaro liderou a corrida presidencial com 47,03% dos votos válidos contra 45,16% de Lula, mandando a decisão para 25 de outubro. Enquanto o herdeiro somou cinco milhões de votos a mais do que o pai em 2022, o incumbente perdeu 3,4 milhões e registrou o pior desempenho petista na etapa inicial desde 1998. Nos estados, a onda foi igualmente avassaladora: das 20 disputas resolvidas de primeira, 13 consagraram nomes de direita, com vitórias expressivas de Tarcísio de Freitas em São Paulo, Sergio Moro no Paraná e Cleitinho Azevedo em Minas Gerais, isolando o PT em sua cidadela nordestina.

A reação popular utilizou o sufrágio como o instrumento mais legítimo de freios e contrapesos. O Senado, arena constitucional para o controle do Judiciário, entregou a resposta com máxima nitidez institucional: o PL elegeu 19 senadores e atingirá 28 cadeiras em 2027 — o triplo da bancada do PT. Com aliados do PP, Republicanos, União e Novo, o bloco conservador aproxima-se de 60% do plenário. Vitórias no Distrito Federal, com Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, e em Santa Catarina, somadas à eleição de críticos contundentes como Deltan Dallagnol e Marcel van Hattem, estruturam a maioria necessária para impor sabatinas rigorosas, limitar decisões monocráticas e pautar eventuais impeachments. Na Câmara, o PL atingiu o recorde de 121 deputados federais, puxado por votações históricas de Nikolas Ferreira e Lucas Pavanato.

A história demonstra que decisões judiciais não substituem a soberania popular nem pacificam controvérsias pela coerção. Ao tentar governar o conflito político, o STF acabou acelerando o levante que pretendia conter. O tsunami eleitoral deixa um recado indiscutível para a República: quando a toga invade o terreno da política, a democracia reage e as urnas se encarregam de reestabelecer a vontade popular.